Informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022

Informações contábeis intermediárias

Índice

Relatório sobre a revisão das Informações Intermediárias	1
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	



Centro Empresarial Iguatemi Av. Washington Soares, 55 5° andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó 60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil

Tel: +55 85 3392-5600 Fax: +55 85 3392-5659 ev.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.** Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto

Fortaleza, 09 de novembro de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC CE-001042/F

Carlos Santos Mota Filho Contador CRC PE020728/O

Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2022	31/12/2021		Notas	30/09/2022	31/12/2021
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	403.593	173.988	Fornecedores	13	930.702	1.090.256
Aplicações financeiras	5	1.530.600	1.380.238	Empréstimos e financiamentos	14	573.263	767.272
Contas a receber de clientes	6	1.762.105	1.696.392	Debêntures	15	106.849	52.871
Almoxarifado		77.394	94.819	Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	19	37.850	43.686
Serviços pedidos		219.484	220.938	Passivo de arrendamento		2.601	2.505
Aquisição de combustível - conta CCC		75.992	63.197	Impostos e contribuições a recolher	16	175.168	206.427
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	65.682	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	17	148.839	43.531
Instrumentos financeiro derivativos	27.4	93.401	164.999	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		22,514	21.735
Impostos e contribuições a recuperar	8	79.196	386.999	Valores a pagar da parcela A e outros itens financeiros	7	230.098	-
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		123.622	100.457	Contribuição de iluminação pública		31.548	24.313
Partes relacionadas - mútuos	9	46.278	135.237	Encargos setoriais		91.837	99.922
Outros créditos a receber		280.285	275.600	Participação nos lucros		36.661	43.100
				Dividendos a pagar		808	204.071
Total do ativo circulante		4.691.950	4.758.546	Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	18	8.709	21.485
				PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	332.501	369.478
Não circulante				Benefício pós-emprego	26	756	-
Aplicações financeiras	5	13.645	25.411	Outras contas a pagar	20	277.494	297.115
Contas a receber de clientes	6	307.054	322,647	Outras Contas a pagai		2///4/4	2771115
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	o	85.120	85.120	Total do passivo circulante		3.008.198	3.287.767
Serviços pedidos		6.422	5.713	Total do passivo circulante		3.000.170	3.201.101
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	71.706	91.184	Não circulante			
Instrumentos financeiro derivativos	27.4	71.700	107.017	Empréstimos e financiamentos	14	2.035.911	2.100.412
Impostos e contribuições a recuperar	8	150.524	88.003	Debêntures	15	1.518.332	1.199.231
Impostos e contribuições a recuperar Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	0	49.690	49.690	Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	19	1.035.850	1.008.514
	10	98.439	85.797	Passivo de arrendamento	19	14.060	15.942
Depósitos judiciais	18				16		
Benefício pós-emprego	26	7.187	7.187	Impostos e contribuições a recolher	16	94.974	102.032
Outros créditos a receber		1.730	2.105	Encargos setoriais		17.051	12.712
Ativo financeiro da concessão	10	4.538.731	4.189.879	Provisões para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	18	120.679	119.838
Investimentos		11.443	32.239	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	-	343.408
Intangível	11	1.660.976	1.595.322	Benefício pós-emprego	26	57.778	52.375
Ativos de contrato	12	999.141	668.193	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.1	429.448	497.385
Direito de uso		14.647	16.691	Outras contas a pagar		26.135	31.213
Total do ativo não circulante		8.016.455	7.372.198	Total do passivo não circulante		5.350.218	5.483.062
				Patrimônio líquido	21		
				-	21	1.624.459	1.624.459
				Capital social			
				Reserva de capital		26.866	21.959
				Reserva de reavaliação		61.708	67.939
				Reservas de lucros		1.565.853	1.649.606
				Ajuste de avaliação patrimonial		(3.299)	(4.048)
				Lucros acumulados		1.074.402	
				Total do patrimônio líquido		4.349.989	3.359.915
Total do ativo		12.708.405	12.130.744	Total do passivo e patrimônio líquido		12.708.405	12.130.744

Demonstração do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021
Receita operacional líquida	22	2.060.665	6.073.171	2.450.390	5.550.719
Energia elétrica comprada para revenda	24	(804.110)	(2.272.614)	(1.293.685)	(2.786.566)
Custo de construção		(497.348)	(1.272.350)	(342.498)	(751.554)
Custo da operação		(154.277)	(455.337)	(71.019)	(386.096)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	(1.455.735)	(4.000.301)	(1.707.202)	(3.924.216)
Lucro bruto		604.930	2.072.870	743.188	1.626.503
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	23	(45.892)	(131.866)	(50.175)	(135.791)
Despesas gerais e administrativas	23	(66.423)	(192.203)	(59.649)	(187.663)
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	23	(49.943)	(129.421)	(46.903)	(119.188)
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(28.631)	(147.633)	(6.984)	(22.131)
Total de despesas operacionais		(190.889)	(601.123)	(163.711)	(464.773)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		414.041	1.471.747	579.477	1.161.730
Receitas financeiras	25	174.819	669.794	136.316	418.218
Despesas financeiras	25	(188.335)	(883.562)	(238.382)	(670.779)
Resultado financeiro		(13.516)	(213.768)	(102.066)	(252.561)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		400.525	1.257.979	477.411	909.169
Imposto de renda e contribuição social correntes	17.4	(102.279)	(257.745)	(46.111)	(114.936)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.4	69.869	67.937	(54.619)	(83.810)
Impostos sobre o lucro		(32.410)	(189.808)	(100.730)	(198.746)
Lucro líquido do período		368.115	1.068.171	376.681	710.423

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	01/07/2022 à 30/09/2022	01/01/2022 à 30/09/2022	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021
Lucro líquido do período	368.115	1.068.171	376.681	710.423
Realização da reserva de reavaliação Ganho (Perda) em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(1.777) 188	(6.231) 749	(3.340) (2.919)	(10.020)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(1.589)	(5.482)	(6.259)	(5.209)
Total resultados abrangentes	366.526	1.062.689	370.422	705.214

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

							Reservas de lucr	os			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.624.459	15.025	81.269	(1.286)	108.729	367.667	39.276	983.299	154.740		3.373.178
Valor justo das opções de compra - vesting period	-	4.884	-	-	-	-	-	-	-	-	4.884
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(10.020)	-	-	-	-	-	-	10.020	-
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	4.811	-	-	-	-	-	-	4.811
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	710.423	710.423
Dividendos adicionais distribuídos	_	_	_	_	_	_	_	_	(154.740)	_	(154.740)
Dividendos intermediários pagos	_	_	_	_	_	_	_	(61.899)	-	(269.462)	(331.361)
								(02.055)		(200000)	(000000)
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.624.459	19.909	71.249	3.525	108.729	367.667	39.276	921.400		450.981	3.607.195
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.624.459	21.959	67.939	(4.048)	151.556	536.678		877.619	83.753		3.359.915
Valor justo das opções de compra - vesting period	-	4.907	-	-	-	-	-	-	-	-	4.907
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(6.231)	-	-	-	-	-	-	6.231	-
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	749	-	-	-	-	-	-	749
Lucro do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.068.171	1.068.171
Dividendos adicionais distribuídos									(83.753)		(83.753)
Saldos em 30 de setembro de 2022	1.624.459	26.866	61.708	(3.299)	151.556	536.678	<u>-</u> _	877.619	_	1.074.402	4.349.989

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

(Em minutes de l'edis)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	30/09/2022	30/09/2021
Lucro líquido do período	1.068.171	710.423
Ajustes para: Amortização	274,969	252.733
Baixa de intangível, financeiro e contratual	45.652	(4.011)
Atualização do ativo financeiro e contratual	(78.426)	(220.609)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	342.318	372.880
Reversão de processos cíveis, fiscais e trabalhistas	12.034 3.224	5.095
Atualização de provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	3.224 129.421	3.736 119.188
Provisão e atualização de encargos setoriais	45.600	25.187
Perdas (Ganhos) com instrumentos derivativos	84.392	(23.632)
Valor justo das opções de compra	4.907	8.029
Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros Imposto de renda e contribuição social correntes	(289.622) 257.745	(676.171) 114.936
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	(67.937)	83.810
Participação nos lucros	19.416	18.223
Plano de aposentadoria e pensão	-	11.798
Atualização da Sub-rogação da CCC	15 (04	(6.357)
Ajuste a valor presente Rendimentos de aplicações financeiras	15.604 (151.078)	15.607 (69.929)
renamentos de apreações intanceiras	1.716.390	740.936
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	(182.765)	(296.314)
Serviços pedidos Depósitos judiciais	17.902 (12.642)	(5.213) (13.033)
Aquisição de Combustivel CCC	(12.795)	(31.686)
Estoques	17.425	(35.645)
Impostos e contribuições a recuperar	(135.103)	(32.641)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar Sub-rogação da CCC - valores aplicados	(23.165)	(23.776) 166.747
Outros créditos a receber	(61.159)	(27.970)
Fornecedores	(186.408)	201.261
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(49.717)	(9.438)
Impostos e contribuições a recolher	(38.317)	215.631
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher Valores a pagar da parcela A e outros itens financeiros	(152.437) 604.880	(14.140) 376.602
Contribuição de iluminação pública	7.235	(6.075)
Participação nos lucros	(25.855)	(18.969)
Encargos setoriais	(66.503)	(306.944)
Pagamento de processos cíveis, fiscais e trabalhistas Plano de aposentadoria e pensão	(23.969) 6.159	(7.510)
Outras contas a pagar	32.150	68.558
Caixa proveniente (utilizado nas) das atividades operacionais	(285.084)	199.445
Juros recebidos	9.643	4.175
Juros pagos	(229.241)	(144.607)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.211.708	799.949
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições no ativo contratual	(879.519)	(723.767)
Adiçoes de obrigações especiais	-	92.115
Resgate (aplicação) das aplicações financeiras	12.482	(337.307)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(867.037)	(968.959)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(674.970)	(383.232)
Captação de empréstimos e financiamentos Amortização de debêntures	350.000	678.681
Captação de debêntures	(1.035.389) 1.345.510	-
Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial	(9.624)	(94)
Amortização do passivo de arrendamento	(1.877)	(5.452)
Partes relacionadas - Liberação de mútuos Partes relacionadas - Recebimento de mútuos	90.000	(10.000)
Recebimento de instrumentos financeiros	108.300	130.000 52.002
Dividendos pagos	(287.016)	(220.717)
Dividendos intermediários pagos Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(115 066)	(331.361) (90.173)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	(115.066)	
•	229.605	(259.183)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	173.988 403.593	957.597 698.414
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	229.605	(259.183)
•		(,)

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	30/09/2022	30/09/2021
Receitas		
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	8.190.599	7.363.571
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	(129.421)	(119.188)
	8.061.178	7.244.383
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(3.544.964)	(3.538.120)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(400.942)	(341.079)
Subvenção-CCC	8.774	10.373
Outras despesas	(159.926)	(27.892)
•	(4.097.058)	(3.896.718)
Valor adicionado bruto	3.964.120	3.347.665
Amortização	(274.969)	(252.733)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	3.689.151	3.094.932
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	688.302	428.932
	688.302	428.932
Valor adicionado total a distribuir	4.377.453	3.523.864
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	78.458	79.310
Benefícios	21.425	29.361
FGTS	8.087	8.506
	107.970	117.177
Tributos		
Federais	1.142.697	871.015
Estaduais	1.170.189	1.153.190
Municipais	1.114	961
	2.314.000	2.025.166
Remuneração de capitais de terceiros	= 40.404	50 0 40 5
Juros	719.604	520.687
Aluguéis	3.750	319
Encargos com partes relacionada	1.693	4.793
Outros	162.265	145.299
Remuneração de capitais próprios	887.312	671.098
Lucros retidos	1.068.171	710.423
	1.068.171	710.423
Valor adicionado	4.377.453	3.523.864

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Pará") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.871 km²(*), atendendo, em 30 de setembro de 2022, 2.914.573(*) consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da B3.

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre, não revisado.

1.1 Impactos da Covid-19

A Companhia não identificou efeitos financeiros e econômicos significativos decorrentes da Covid-19 nas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2022.

Desde março de 2020, a Companhia, adotou medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), visando proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores, tendo retornado às suas atividades presenciais no segundo semestre de 2021. A Companhia continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

1.2 Impactos frente à invasão da Ucrânia pela Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma invasão militar na Ucrânia, marcando uma escalada acentuada do conflito existente entre estes países. A invasão recebeu ampla condenação da comunidade internacional, incluindo sanções impostas com o objetivo de paralisar a economia russa.

Como resultado da invasão, os preços do petróleo apresentaram alta expressiva, encerrando o período findo em 30 de setembro de 2022 cotados acima de US\$ 88, o barril. Outro índice que apresentou flutuação foi o câmbio, sendo que no período findo em 30 de setembro de 2022, a queda do dólar frente ao real foi de aproximadamente 3% em relação a 31 de dezembro de 2021.

A inflação mundial, com os efeitos da guerra sobre a cadeia de suprimentos também apresentou pressão de alta. A invasão, ocasionou o aumento de taxa de juros, crescimento nos custos dos insumos utilizados pela Companhia e redução do poder econômico da população. Todos esses efeitos estão sendo monitorados pela Companhia e foram considerados quando da revisão das estimativas contábeis e avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros nas suas informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2022.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o NBC TG 21 (R4) — Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 — *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 09 de novembro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado, quando requerido nas normas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias da Companhia são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas segundo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto com a nota explicativa nº 4 – Principais politicas contábeis, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários à vista	53.597	42.663
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	346.892	45.933
Fundo de investimento (exclusivo)		
Operações compromissadas	2.408	62.314
Certificado de Depósito Bancário – CDB	687	23.072
Cotas de fundo de investimento	7	6
Fundo aberto		<u>-</u>
Subtotal de equivalentes de caixa	349.996	131.325
Total	403.593	173.988

Referem-se a fundos de investimentos, CDB e Operações Compromissadas, de alta liquidez e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que aloca seus recursos em cotas de diversos fundos abertos de baixo risco, insignificante variação de rentabilidade e alta liquidez, não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do Patrimônio Líquido. Logo, esses investimentos são classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03(R2) /IAS 7 - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada acumulada no período da carteira, no período findo em 30 de setembro de 2022, equivale a 103,29% do CDI (103,73% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

5 Aplicações financeiras

	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimento	997.515	985.781
Títulos públicos	53.100	191.294
Letra financeira	63.314	69.708
Recursos vinculados	13.308	-
Fundo aberto (b)	403.363	133.455
Total circulante	1.530.600	1.380.238
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (c)	13.645	25.411
Total não circulante	13.645	25.411
Total	1.544.245	1.405.649

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos para construção de projetos de infraestrutura na prestação dos serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 Demonstrações Consolidadas;
- (b) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações compromissadas, títulos públicos e depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e
- (c) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada acumulado no período da carteira, no período findo em 30 de setembro de 2022, equivale a 104,63% do CDI (107,43% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

6 Contas a receber de clientes

6.1 Composição dos saldos

	30/09/2022				31/12/2021			
		Venc	Vencidos			Vencidos		
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	173.591	213.833	846.828	1.234.252	179.550	223.924	761.467	1.164.941
Industrial	59.776	8.257	98.804	166.837	66.227	10.011	94.092	170.330
Comercial	111.850	32.381	185.139	329.370	121.559	36.028	172.333	329.920
Rural	16.681	23.298	147.900	187.879	15.135	26.382	121.567	163.084
Poder público	60.295	15.713	30.344	106.352	39.745	11.852	31.010	82.607
Iluminação pública	4.658	1.400	9.692	15.750	8.072	2.156	10.773	21.001
Serviço público	21.153	7.100	17.926	46.179	15.997	5.046	14.141	35.184
Contas a receber de consumidores faturados	448.004	301.982	1.336.633	2.086.619	446.285	315.399	1.205.383	1.967.067
Residencial	453.820	38.181	420.813	912.814	488.551	39.485	382.731	910.767
Industrial	17.033	1.236	33.791	52.060	17.955	1.327	31.597	50.879
Comercial	45.447	6.420	67.109	118.976	62.333	4.209	61.126	127.668
Rural	19.435	2.459	33.405	55.299	21.584	3.101	29.199	53.884
Poder público	73.638	764	4.634	79.036	67.707	717	4.337	72.761
Iluminação pública	12.958	36	579	13.573	14.038	440	594	15.072
Serviço público	46.167	462	3.026	49.655	46.855	336	2.328	49.519
Parcelamentos (a)	668.498	49.558	563.357	1.281.413	719.023	49.615	511.912	1.280.550
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	226.310	-		226.310	220.577			220.577
Baixa renda (c)	63.023	-	_	63.023	50.882	-	-	50.882
Outras	182.162	-	-	182.162	140.660	-	-	140.660
Subtotal	1.587.997	351.540	1.899.990	3.839.527	1.577.427	365.014	1.717.295	3.659.736
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(234.994)	(65.809)	(1.469.565)	(1.770.368)	(249.045)	(68.950)	(1.322.702)	(1.640.697)
Total contas a receber clientes	1.353.003	285.731	430.425	2.069.159	1.328.382	296.064	394.593	2.019.039
Circulante Não circulante				1.762.105 307.054				1.696.392 322.647

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores dos juros são reconhecidos no recebimento da parcela, por isso não há necessidade de aplicação do ajuste a valor presente;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos, é após o período de encerramento contábil; e
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e nº 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	31/12/2021 (adições) (Reversões (a)	30/09/2022
Contas a receber de consumidores faturados	945.169	107.856	(13.973)	1.039.052
Parcelamentos	629.522	47.797	(12.038)	665.281
Contas a receber de consumidores não faturados	14.007	14.371	(14.007)	14.371
Outras (b)	51.999	55.858	(56.193)	51.664
Total	1.640.697	225.882	(96.211)	1.770.368

- (a) O efeito líquido no período findo em 30 de setembro de 2022, referente à provisão e reversão de provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi de R\$ 129.671, sendo R\$ 129.421 no resultado operacional e R\$ 250 decorrente do impacto líquido de reversões no período e juros de mora a receber contabilizado no resultado financeiro; e
- (b) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	31/12/2021	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituições com efeito caixa	Reclassi- ficações	30/09/2022
Parcela A CDE - conta de desenvolvimento energético	3.783	31.418	39.052	4.256	-	-	-	78.509
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	5.431	(1.067)	14.765	1.705	-	-	-	20.834
Rede básica	58.599	5.552	(8.031)	3.216	-	-	-	59.336
Compra de energia CVA (a)	196.934	70.351	(225.652)	12.722	-	-	-	54.355
ESS – encargos do serviço do sistema (b)	416.994	(211.516)	(28.659)	24.348	-	-	-	201.167
Repasse Covid	(144.100)	- (10.5.0.50)	131.889	(4.742)			<u>-</u>	(16.953)
Itens financeiros	537.641	(105.262)	(76.636)	41.505				397.248
Sobrecontratação de energia	(136.140)	89.014	(5.698)	(3.875)	_	_	_	(56.699)
Neutralidade	(22.433)	(2.824)	(6.184)	(478)	_	-	-	(31.919)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(144.160)	(19.603)	71.259	(7.910)	_		_	(100,414)
Risco hidrológico	(77.933)	-	(97.625)	(1.313)	-	-	-	(176.871)
Compensação créditos PIS/COFINS (c)		-	408.292	-	(408.292)	-	-	-
Empréstimo escassez hídrica (d)	-	160	10.626	(1.446)	-	(70.187)	-	(60.847)
CDE Modicidade tarifária (e)	-	-	-	-	-	(126.247)	-	(126.247)
Repasse Covid	(151)		151		-	-	<u>-</u>	· · · · · · · · ·
Outros	42	(6.482)	3.985	(34)			(154)	(2.643)
	(380.775)	60.265	384.806	(15.056)	(408.292)	(196.434)	(154)	(555.640)
Total	156.866	(44.997)	308.170	26.449	(408.292)	(196.434)	(154)	(158.392)
Valores a receber	483.458							445.807
Valores a pagar	(417.776)							(675.905)
Efeito líquido circulante ativo	65.682							(230.098)
Valores a receber	312.847							480.472
Valores a pagar	(221.663)							(408.766)
Efeito líquido não circulante ativo	91.184							71.706
Efeito líquido total ativo	156.866							(158.392)

⁽a) O saldo da CVA (compensação de variação de itens da parcela A) de energia teve como movimentação as constituições passivas dos custos com efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira, repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, gerando uma CVA positiva no período de R\$ 70.351. O impacto da amortização para esse período foi negativo em R\$ (225.652);

⁽b) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o período findo em 30 de setembro de 2022, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva de R\$ 211.516, sendo R\$ (221.912) referente à constituição da CVA ESS e R\$ 10.396 referente ao repasse de bandeira ESS;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

- (c) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS, conforme previsto no Despacho nº 361, de 9 de fevereiro de 2021. Veja nota explicativa nº 20;
- (d) Refere-se a parcela compensada na tarifa, de valores a devolver para consumidores, conforme determinação do § 7º, da Resolução Normativa nº 714, de 10 de maio de 2016; e
- (e) Refere-se ao valor de R\$ 126.247, aportado pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica até 29 de julho de 2022, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético CDE, por meio do Despacho nº 1.959/ANEEL de 21 de julho de 2022.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3.092, de 02 de agosto de 2022, foram reajustadas em 15,12%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

Neste processo, as CVA contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

A partir de 1° de julho de 2022, as faixas de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de que trata o Submódulo 6.8, dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), foram as definidas no ábaco de acionamento das Bandeiras Tarifárias, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.051 de 21 de junho de 2022. Os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, serão de 29,89 R\$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, 65,00 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 1 da bandeira tarifária vermelha e de 97,95 R\$/MWh, quando da vigência do patamar 2 da bandeira tarifária vermelha.

8 Impostos e contribuições a recuperar

	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	64.313	59.423
INSS	1.668	1.668
PIS e COFINS	108	-
PIS e COFINS a recuperar (ICMS) – Nota explicativa nº 20	-	312.854
Outros	13.107	13.054
Total circulante	79.196	386.999
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP) (a)	126.808	85.499
Outros	23.716	2.504
Total não circulante	150.524	88.003
Totais impostos e contribuições a recuperar	229,720	475.002

⁽a) A Companhia possui impostos a recuperar referentes a créditos de ICMS sobre aquisição de materiais destinados ao ativo operacional, apropriados à proporção de 1/48 avos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

9 Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas, principalmente relacionado aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Outros contas a receber		30/09/2022		31/12/2021	30/09/2021
Companhias	Notas	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	3.288	10.136	3.999	9.907
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	738	2.293	902	2.241
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	1.200	3.729	1.467	3.644
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	26	86	34	92
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	28	92	36	98
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	32	106	41	113
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	64	207	81	221
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	26	85	33	90
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	30	98	38	105
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	26	83	32	89
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	40	130	51	139
Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(a)	5.540	137	54	147
Total		5.540	17.182	6.768	16.886
Fornecedores					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(e)	-	-	(18)	(12.573)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(d)	(521)	(5.776)	(1.290)	(5.150)
Equatorial Serviços S.A.	(c)	(3.196)	(12.442)	(4.045)	(20.510)
Equatorial Engenharia S.A.		-	(1.094)	(212)	(9.607)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	(175)	(1.164)	(173)	(1.250)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	(159)	(1.058)	(159)	(1.158)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	(228)	(1.571)	(241)	(761)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	(418)	(2.758)	(533)	(2.751)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	(193)	(1.302)	(198)	(1.383)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	(240)	(1.628)	(288)	(1.179)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(f)	(3.400)	(19.369)	(2.743)	(16.150)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	(2.767)	(11.486)	(1.348)	(10.061)
Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(f)	(313)	(2.062)	(307)	(2.254)
Total		(11.610)	(61.710)	(11.555)	(84.787)
Outras contas a pagar					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(12.512)	(29.595)	(12.246)	(25.636)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.171)	(4.224)	(1.985)	(2.241)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	(1.575)	(4.835)	(1.402)	(4.700)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(a)	(543)	<u>-</u>	-	-
Equatorial Fundação de Previdência (EQTPREV)	(g)	-	(2.626)	-	(2.340)
Equatorial Transmissão S.A.	(a)	(348)	(1.121)	(322)	-
Integração Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(a)	(26)	(76)	(56)	(68)
Total		(16.175)	(42.477)	(16.011)	(34.985)
Empréstimos mútuos ativos					
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(b)	46.278	4.094	42.183	1.309
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(1)	-	925	30.629	1.553
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(m)	_	5.665	62.425	2.382
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	` /	_	-	_	136
Total		46.278	10.684	135.237	5.380
Valores a pagar de acordo com o plano de					
valores a pagar de acordo com o piano de recuperação judicial					
Equatorial Energia S.A.	(h)	(131.320)	(10.957)	(122.906)	(1.431)
Outros tipos de partes relacionadas Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobras	(i)	(501.442)	(37.470)	(502.366)	(54.708)
Total	(1)	(632.762)	(48.427)	(625.272)	(56.139)
Dividendos a pagar				(106 205)	
Equatorial Energia Distribuição S.A.		-	-	(196.305)	-
Equatorial Energia S.A. Outros tipos de partes relacionadas		-	-	(261)	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobras			_	(2.013)	
Outros (minoritários)		-	•	(5.492)	-
Total				(204.071)	
Bens em comodato				Ativo	Passivo
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(j)	180	(180)	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá	(k)	248	(248)	<u> </u>	
Total		428	(428)	-	

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações e, compartilhamento de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução Normativa da ANEEL nº 699/2016. De acordo com a Nota Técnica no 15/2018–SFF/ANEEL, processo nº 48500.000377/2018-91, as despesas liquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 82.962 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (b) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 3 SPE no montante de R\$ 40.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são provenientes do contrato de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;
- (d) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (e) Os valores com Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. são provenientes de compra de imobilizado;
- (f) Os valores são provenientes dos contratos de suprimento de energia elétrica que são pactuados em condições normais de mercado;
- (g) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da Equatorial Pará com a EQTPREV;
- (h) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Companhia;
- (i) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal;
- (j) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Companhia para à Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A de forma não onerosa pelo prazo de 04 (quatro) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (k) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, da Companhia para à Companhia de Eletricidade do Amapá em carater emergencial e de forma não onerosa pelo prazo de 06 (seis) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes:
- (l) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 5 SPE no montante de R\$ 50.000 a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 9 de abril de 2020, liquidado em 11 de abril de 2022, no montante de R\$ 31.553, sendo, R\$ 30.000 referente à amortização de principal e R\$ 1.553 à pagamento de juros; e
- (m) Empréstimo mútuo realizado com a Equatorial Transmissora 7 SPE no montante de R\$ 150.000, a uma taxa correspondente de CDI + 1% a.a., com vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados de 17 de setembro de 2020, liquidado em 19 de setembro de 2022, no montante de R\$ 68.090, sendo, R\$ 60.000 referente à amortização de principal e R\$ 8.090 à pagamento de juros.

9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração, o Presidente e os Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 18.000, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2022 (R\$ 18.000 em 29 de maio de 2021).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 26 e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de plano de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21.4.

Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao período findo em 30 de setembro de 2022:

	30/09/2022	%
Números de membros	8	
Remuneração fixa anual	4.287	49,7%
Salário ou pró-labore	3.501	40,6%
Benefícios diretos e indiretos	293	3,4%
Outros (INSS parte empresa)	493	5,7%
Remuneração variável	4.294	49,7%
Benefícios pós emprego	51	0,6%
Valor total da remuneração por órgão	8.632	100%

9.2 Garantias

A Equatorial Energia S.A., controladora indireta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia com ônus^(*) nos contratos de financiamento, conforme abaixo listado:

Instituição	Valor garantido	% do aval	Início	Término	Valor liberado	30/09/2022
BNDES 18/19/20	1.341.576	100	20/02/2019	15/04/2028	1.261.025	1.177.198
BNDES 21/22/23	1.360.868	100	30/03/2021	15/09/2040	965.514	1.046.236
Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	100.931	100	26/12/2016	15/12/2023	100.931	142.051
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	60.000	100	01/12/2016	15/01/2024	60.000	54.356
CEF469.587-04/2016	35.703	100	20/12/2018	07/09/2028	35.703	22.886
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	23.000	100	29/09/2017	15/01/2024	23.000	20.476
CEF415.877-81/2015	32.671	100	02/09/2015	30/06/2027	32.671	18.391
Apólices Seguros	2.470	100	23/04/2018	11/02/2026	N/A	N/A
Total	2.957.219				2.478.844	2.481.594

^(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2021	Atualização do ativo financeiro (a)	Transferência – Ativos de contrato (b)	Baixas	30/09/2022
Ativo financeiro	5.434.822	263.150	655.553	(25.942)	6.327.583
Obrigações especiais (c)	(1.244.943)	(184.724)	(359.185)		(1.788.852)
Total ativo financeiro da concessão	4.189.879	78.426	296.368	(25.942)	4.538.731

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização do IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizados pelo regulador nos processos de reajuste tarifário;
- (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e
- (c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	_	30/09/2022				
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)		Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	
Em serviço	4,51%	6.458.243	(4.066.526)	(730.741)	1.660.976	
Total	-	6.458.243	(4.066.526)	(730.741)	1.660.976	
	_		31/12/2	2021		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	
Em serviço	5,02 %	6.204.637	(3.760.330)	(848.985)	1.595.322	
Total	_	6.204.637	(3.760.330)	(848.985)	1.595.322	

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até julho de 2028, conforme ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Movimentação do ativo intangível

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferência de ativos de contrato (a)	Reclassificaç ões	30/09/2022
Em serviço	6.204.637	-	(82.407)	306.648	29.365	6.458.243
(-) Amortização	(3.760.330)	(356.957)	64.149		(13.388)	(4.066.526)
Total em serviço	2.444.307	(356.957)	(18.258)	306.648	15.977	2.391.717
Obrigações especiais em serviço (b) (-) Amortização Total em obrigações especiais	(1.817.086) 968.101 (848.985)	85.407 85.407	65	(917)	33.689	(1.784,249) 1.053,508 (730,741)
Total	1.595.322	(271.550)	(18.193)	305.731	49.666	1.660.976

⁽a) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço; e

A Companhia concluiu suas análises de *impairment* e não tem qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o período findo em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro 2021.

12 Ativos de contrato

Os ativos de contrato está constituído conforme a seguir demonstrado:

				Transferências (b)			
	31/12/2021	Adições (d)	Baixas (a)	Ativo intangível	Ativo financeiro	Reclassi- ficações	30/09/2022
Ativos de contrato	1.293.880	1.272.350	-	(306.648)	(655.553)	-	1.604.029
Obrigações especiais (c)	(625.687)	(307.632)	2.018	917	359.185	(33.689)	(604.888)
Total	668.193	964.718	2.018	(305.731)	(296.368)	(33.689)	999.141

⁽a) Referem-se ao encerramento de ordens de serviços referentes às baixas de Kit Padrão – Obras PLPT;

⁽b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. Durante os nove meses findo em 30 de setembro de 2022, o montante de R\$ 33.689 foi reclassificado da rubrica de ativos de contrato.

⁽b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;

⁽c) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica. Durante os nove meses findo em 30 de setembro de 2022, o montante de R\$ 33.689 foi reclassificado para a rubrica de ativo intangível; e

⁽d) O montante de R\$ 964.718 (R\$ 1.045.928 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às adições brutas de ativos de contrato reconhecidas no período, onde R\$ 879.519 (R\$ 1.015.303 em 31 de dezembro de 2021) impactou o caixa da Companhia e, conforme nota explicativa nº 28.1 – Transações que não afetam o caixa, R\$ 26.854 (R\$ 6.547 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 50.496 (R\$ 15.616 em 31 de dezembro de 2021) refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas e R\$ 7.849 (R\$ 8.462 em 31 de dezembro de 2021) refere-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 14 – Empréstimos e financiamentos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída no período findo em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

13 Fornecedores

	30/09/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica (a)	418.880	635.381
Encargos de uso da rede elétrica	23.217	16.837
Materiais e serviços (b)	476.452	426.483
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	12.153	11.555
Total fornecedores	930.702	1.090.256

- (a) O saldo de 30 de setembro de 2022 teve redução em relação a 31 de dezembro de 2021 devido aos custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE referentes ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD, causando uma redução na despesa em R\$ 36.547. Referente aos contratos de energia, as despesas reduziram no montante de R\$ 171.518, devido, principalmente, do reflexo da retração do despacho térmico nesse semestre, o que incidiu em menores despesas com a parcela variável dos contratos por disponibilidade. Adicionalmente, a variação de MWh dos contratos no período foi 2,22% em relação a 2021; e
- (b) A composição deve-se, substancialmente, a fornecedores de materiais e serviços, relacionados aos investimentos na infraestrutura da concessão que a Companhia realizou no decorrer do período.

14 Empréstimos e financiamentos

14.1 Composição do saldo

		_	30/09/2022		
			J	Principal e encargos	
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantia	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
Banco Citibank S.A. (a)	111,8% do CDI	<u>-</u>	351.294		351.294
Total moeda estrangeira (US\$)			351.294		351.294
Moeda nacional Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	IPCA + 4,11% a 4,81%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis Aval/Fianca + Conta Reserva +	214.661	2.008.773	2.223.434
Caixa Econômica Federal	6,00%	Recebíveis	7.744	33.533	41.277
Subtotal		_	222.405	2.042.306	2.264.711
(-) Custo de captação			(436)	(6.395)	(6.831)
Total moeda nacional		_	221.969	2.035.911	2.257.880
Total		_	573.263	2.035.911	2.609.174

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

		_	31/12/2021		
		_	I	Principal e encargos	3
	Custo da dívida (% a.a.)	Garantia	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (US\$)					
CCBI Banco Citibank S.A. 1	111,8% a 114% do CDI	<u>-</u>	557.025	362.733	919.758
Total moeda estrangeira (US\$)		_	557.025	362.733	919.758
Moeda nacional Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	IPCA + 4,11% a 4,81%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	202.911	1.705.176	1.908.087
Caixa Econômica Federal	6,00%	Aval/Fiança + Conta Reserva + Recebíveis	7.772	39.227	46.999
Subtotal		-	210.683	1.744.403	1.955.086
(-) Custo de captação			(436)	(6.724)	(7.160)
Total moeda nacional		-	210.247	1.737.679	1.947.926
Total		_	767.272	2.100.412	2.867.684

⁽a) Considera-se no custo da dívida do Citibank, o custo da ponta passiva do swap.

14.2 Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2022, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

	30/09/2022	
Vencimento	Valor	%
Circulante	573.263	22,0%
2023	54.500	2,2%
2024	280.403	10,7%
2025	280.403	10,7%
2026	280.403	10,7%
Após 2026	1.146.597	43,9%
Subtotal	2.042.306	78,2%
(-) Custo de captação (não circulante)	(6.395)	-0,2%
Não circulante	2.035.911	78,0%
Total	2.609.174	100%

14.3 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estra	ngeira (US\$)		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	210.247	1.737.679	557.025	362.733	2.867.684	
Ingressos	-	350.000	-	-	350.000	
Encargos	73.489	-	7.919	-	81.408	
Variação monetária e cambial (a)	36.917	83.156	63.216	(116.649)	66.640	
Transferências	134.924	(134.924)	246.084	(246.084)	-	
Amortizações de principal	(160.611)	-	(514.359)	-	(674.970)	
Pagamentos de juros	(73.326)	-	(8.591)	-	(81.917)	
Custo de captação (b)	329				329	
Saldos em 30 de setembro de 2022	221.969	2.035.911	351.294		2.609.174	

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Para maiores informações, consultar nota explicativa nº 25 Resultado financeiro, (c); e
- (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

14.4 Ingressos

_	Instituição	Ingresso	Data do ingresso	Pagamento de juros	Amortização	Destinação de recurso	Encargo financeiro (a.a.)	Taxa efetiva com derivativo (a.a.)	
	BNDES	350.000	mar-22	Trimestral/Mensal	Mensal	Investimento	IPCA + 4,11%	Não se aplica	-

14.5 *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia com período de apuração trimestral:

Covenants Empréstimos	Citibank II
1° Dívida líquida/EBITDA : <=4,0	1,0

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos. Demais *covenants* cujo período de apuração é anual, também encontravam-se dentro dos limites estipulados nos contratos para o último período de reporte, ou seja, em 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

15 Debêntures

15.1 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do período está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	52.871	1.199.231	1.252.102
Ingressos	-	1.350.000	1.350.000
Encargos	126.885	-	126.885
Transferências	1.025.779	(1.025.779)	-
Amortizações de principal (a)	(1.035.389)	-	(1.035.389)
Pagamento de juros	(75.409)	-	(75.409)
Variação monetária	9.144	(630)	8.514
Custo de captação (b)	2.968	(4.490)	(1.522)
Saldos em 30 de setembro de 2022	106.849	1.518.332	1.625.181

⁽a) Em 06 de junho de 2022, resgatou parcialmente de forma antecipada, a 1ª e 2ª Série referente 5ª Emissão de Debêntures, concomitante a emissão da 6ª Emissão de Debêntures. Em 01 de julho de 2022, ocorreu a liquidação antecipada do saldo devedor restante, da 1ª e 2ª Série referente a 5ª Emissão de Debêntures: e

15.2 Características das debêntures

							30 d	22	
								Saldo	Total
			Valor da		Data da		Saldo líquido	líquido não	
Emissão	Característica	Série	Emissão	Custo Nominal	Emissão	Vencimento	circulante	circulante	
2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	1ª	60.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	27.582	26.774	54.356
2ª	(2)/(3)/(6)/(7)	2ª	23.000	IPCA + 2,40% a.a.	dez/16	jan/24	10.408	10.068	20.476
3 ^a (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	2ª	100.931	IPCA + 6,87% a.a.	dez/16	dez/23	7.069	134.982	142.051
6 ^a	(1)/(3)/(4)	Única	1.350.000	CDI + 1,40% a.a.	jun/22	mai/28	61.790	1.346.508	1.408.298
Total							106.849	1.518.332	1.625.181

⁽¹⁾ Emissão pública de debêntures simples

15.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	30/09/2022	
Vencimento	Valor	%
Circulante	106.849	6,6%
2023	135.045	8,3%
2024	36.882	2,3%
2026	450.000	27,6%
Após 2026	900.000	55,4%
Subtotal	1.521.927	93,6%
(-) Custo de captação (não circulante)	(3.595)	-0,2%
Não circulante	1.518.332	93,4%
Total	1.625.181	100%

⁽b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

⁽²⁾ Emissão privada de debêntures simples

⁽³⁾ Não conversíveis em ações

⁽⁴⁾ Espécie quirografária

⁽⁵⁾ Debêntures incentivadas

⁽⁶⁾ Garantia adicional fidejussória; e

⁽⁷⁾ Garantia adicional real

⁽a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

15.4 Ingressos

Emissão	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recurso	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
6ª Emissão - Série Única	1.350.000	jun-22	Semestral	Anual	Capital de giro	CDI + 1,40%	Não se aplica

15.5 Covenants

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures 1º Divida Líquida/EBITDA: < 4,0 2º EBITDA/Despesa financeira líquida: >2,0	2ª debêntures 1,4 7,7
Covenants debêntures 1° Dívida líquida/EBITDA: <3,5 2° EBITDA/Resultado financeiro líquido: >=1,5	3^a debentures 1,0 8,2
Covenants debêntures	6 ^a debentures
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	1,0

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

16 Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2022	31/12/2021
ICMS	112.021	152.326
ICMS parcelamento (a)	12.669	12.669
PIS e COFINS	33.668	27.173
Encargos sociais e outros	11.895	9.836
ISS	4.915	4.423
Total circulante	175.168	206.427
ICMS	63.180	63.926
ICMS parcelamento (a)	31.794	38.106
Total não circulante	94.974	102.032
Total	270.142	308.459

⁽a) A Companhia possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente, onde sua variação deve-se adesão de um novo parcelamento de ICMS no mês de fevereiro de 2019, sendo sua última parcela em janeiro de 2024, e para os demais parcelamentos sua liquidação será em julho de 2031. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, é acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

16.1 Cronograma de pagamento ICMS parcelado

	30/09/2022	2
2023 2024 2025 Após 2025	Valor	%
Circulante	12.669	28,5%
2023	8.062	18,1%
2024	3.146	7,1%
2025	2.510	5,6%
Após 2025	18.076	40,7%
Não circulante	31.794	71,5%
Total ICMS parcelamento	44.463	100%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	30/09/2022	31/12/2021
Ativos de:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	43.992	48.071
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	235.032	214.850
Arrendamentos - CPC 06 (R2) / IFRS 16	686	598
Provisão para participação nos lucros	10.940	13.616
Provisão do laudo atuarial	13.556	13.556
Subtotal	304.206	290.691
Passivos de:		
Diferenças temporárias:		
Depreciação acelerada	(225.215)	(235.366)
Valor novo de reposição – VNR	(335.874)	(309.209)
Swap	(31.756)	(92.740)
Receita – CPC 47 / IFRS 15	(72)	(166)
Reavaliação bens da concessão	(31.050)	(34.260)
Ajuste a Valor Presente – AVP	(78.623)	(83.928)
Outras despesas não dedutíveis	(31.064)	(32.407)
Total	(733.654)	(788.076)
Total tributos diferidos	(429.448)	(497.385)

17.2 Movimentação dos tributos diferidos

	30/09/2022				
	31/12/2021	Reconhecimento no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para contingências	48.071	(4.079)	43.992	43.992	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	214.850	20.182	235.032	235.032	-
Ajuste a Valor Presente – AVP	(83.928)	5.305	(78.623)	-	(78.623)
Valor novo de reposição – VNR	(309.209)	(26.665)	(335.874)	-	(335.874)
Receita - CPC 47 / IFRS 15	(166)	94	(72)	-	(72)
Arrendamentos - CPC 06 (R2) / IFRS 16	598	88	686	686	-
Depreciação acelerada	(235.366)	10.151	(225.215)	-	(225.215)
Swap	(92.740)	60.984	(31.756)	-	(31.756)
Provisão para participação nos lucros	13.616	(2.676)	10.940	10.940	-
Provisão atuarial	13.556	-	13.556	13.556	-
Outras despesas não dedutíveis temporariamente	(32.407)	1.343	(31.064)	-	(31.064)
Reavaliação bens da concessão	(34.260)	3.210	(31.050)	-	(31.050)
Total	(497.385)	67.937	(429.448)	304.206	(733.654)

17.3 Movimentação dos impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.531
IRPJ e CSLL correntes do período Compensações de IRPJ e CSLL Tributos retidos/antecipações IR/CS	257.745 (116.478) (35.959)
Saldo em 30 de setembro de 2022	148.839

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

17.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, em 30 de setembro de 2022 e 2021, está demonstrada conforme a seguir:

	30/09/2022		30/09/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	1.257.979	1.257.979	909.169	909.169
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	314.495	113.218	227.292	81.825
Adições:				
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	32.146	11.572	142.073	51.146
Ajuste a valor presente Atualização do ativo financeiro - VNR	3.901 46.181	1.404 16.625	3.919 20.815	1.411 7.494
Variação de Swap	44.841	16.143	6.055	2.180
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	2.360	850	3.796	1.366
Provisão atuariais	2.500	-	2.950	1.062
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	65	23	529	190
Receitas - CPC 47 / IFRS 15	155	56	-	-
Depreciação acelerada	10.151	-	10.169	-
Outras provisões	1.227	442	3.094	1.120
Outras adições permanentes	3.445	774	3.447	918
Total das adições (B)	144.472	47.889	196.847	66.887
Exclusões:				
Reversão de provisão para contingências	(2.999)	(1.080)	(591)	(213)
Reversão de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				
(PECLD)	(17.306)	(6.230)	(126.203)	(45.433)
Atualização do ativo financeiro VNR	(65.788)	(23.684)	(75.968)	(27.348)
Receitas - CPC 47 / IFRS 15	(1.0(0)	(117)	(105)	(38)
Reversão de provisão para participação nos lucros	(1.968)	(708)	(600)	(216)
Outras provisões não dedutíveis Total das exclusões (C)	(88.405)	(31.819)	(203.467)	(73.248)
Total das exclusões (C)	(88.405)	(31.819)	(203.467)	(73.248)
Dedutibilidade fiscais (limites legais)				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL realizados	-	-	(59.407)	(9.290)
Incentivos	(340)	-	-	-
Incentivo PAT	(1.320)	-	(1.454)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(48)		(120)	(0.200)
Total compensações (D)	(1.708)		(60.981)	(9.290)
IRPJ subvenção governamental (i)	(240.397)		(110.929)	
Total outras deduções (E)	(240.397)		(110.929)	
IRPJ e CSLL correntes do período (A+B+C+D+E) (ii)	128.457	129.288	48.762	66.174
IRPJ e CSLL diferidos do período (iii)	(52.641)	(15.296)	69.561	14.249
IRPJ e CSLL correntes e diferidos do período	75.816	113.992	118.323	80.423
Alíquota efetiva	6%	9%	13%	9%
rinquota cicuva	<u>U /0</u>	2 /0	1.5 /0	2 /0

⁽i) Em 30 de setembro de 2022, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 240.397 (R\$ 110.929 em 30 de setembro de 2021);

⁽ii) O valor dos impostos correntes, no período findo em 30 de setembro de 2022, equivale a R\$ 257.745 (R\$ 114.936 em 30 de setembro de 2021), sendo composto pelos montantes de R\$ 128.457 e R\$ 129.288 (R\$ 48.762 e 66.174 em 30 de setembro de 2021), de IRPJ e CSLL, respectivamente; e

⁽iii) O valor dos impostos diferidos, no período findo em 30 de setembro de 2022, equivale a R\$ (67.937) (R\$ 83.810 em 30 de setembro de 2021), sendo composto pelos montantes de R\$ (52.641) e R\$ (15.296) (R\$ 69.561 e R\$ 14.249 em 30 de setembro de 2021), de IRPJ e CSLL, respectivamente. Para maiores explicações, vide nota explicativa nº 17.2.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

18 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/09/20	30/09/2022		021
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis	108.282	62.099	106.446	51.365
Fiscais	2.185	117	2.166	113
Trabalhistas	18.921	36.223	18.178	34.319
Regulatórias	<u></u>	<u> </u>	14.533	
Total	129.388	98.439	141.323	85.797
Circulante	8.709	-	21.485	-
Não circulante	120.679	98.439	119.838	85.797

Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 8.056 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.

18.1 Movimentação dos processos no período

	31/12/2021	30/09/2022				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	106.446	14.547	(6.925)	(5.127)	(659)	108.282
Tributárias	2.166	-	-	-	19	2.185
Trabalhistas	18.178	5.649	(2.511)	(3.078)	683	18.921
Regulatórias	14.533	-	(14.533)	-	-	-
Total contingências	141.323	20.196	(23.969)	(8.205)	43	129.388

⁽¹⁾ Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

⁽²⁾ Reversões realizadas no período; e

⁽³⁾ Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

18.2 Cíveis

A Companhia figura como ré em 13.885 processos cíveis em 30 de setembro de 2022 (13.127 processos em 31 de dezembro de 2021), sendo 9.546 tramitam em Juizados Especiais (9.177 processos em 31 de dezembro de 2021), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 432.212 (R\$ 862.355 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	30/09/2022	31/12/2021
Falha no fornecimento	23.075	29.226
Morte por eletroplessão	16.095	14.376
Cobrança indevida	10.701	10.328
Fraude questionada	18.812	18.439
Corte indevido	1.922	1.905
Acidente com terceiros	10.194	8.694
Falha no atendimento	4.256	3.898
Quebra de contrato	1.829	1.738
Incêndio	3.461	834
Portaria do DNAEE	1.631	-
Regulatório	73	97
Outras	16.233	16.911
Total	108.282	106.446
Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	30/09/2022	31/12/2021
Falha no fornecimento	46.435	78.395
Morte por eletroplessão	7.740	4.903
Acidente com terceiros	702	554
Quebra de contrato	218.126	472.735
Cobrança indevida	1.762	2.735
Fraude questionada	11.600	13.733
Regulatório	121.691	259.055
Servidão de passagem	13.306	13.791
Outras	10.850	16.454
Total	432,212	862.355

18.3 Fiscais

A Companhia figura como ré em 141 processos fiscais em 30 de setembro de 2022 (116 processos em 31 de dezembro de 2021) os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem processos fiscais cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2022 avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 138 (R\$ 86 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	30/09/2022	31/12/2021
Outras Total	2.185 2.185	2.166 2.166
Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	30/09/2022	31/12/2021
INSS Outras	114 24	4 82
Total	138	86

18.4 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 30 de setembro de 2022 é composto por 758 reclamações ajuizadas (615 reclamações em 31 de dezembro de 2021) por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dos processos trabalhistas existentes, constam atualmente 02 (duas) ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 22 (vinte e duas) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2022 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 47.007 (R\$ 48.309 em 31 de dezembro de 2021) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	30/09/2022	31/12/2021
Hora extra	208	307
Responsabilidade subsidiária	8.345	7.619
Acidente de trabalho	3.287	3.600
Doença ocupacional/profissional	74	91
Reintegração no emprego	1.497	1.696
Danos morais	2.333	2.267
Outras	3.177	2.598
Total	18.921	18.178
Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	30/09/2022	31/12/2021
Hora extra	702	2.002
Responsabilidade subsidiária	39.652	38.779
Acidente de trabalho	2.264	1.330
Doença ocupacional/profissional	323	-
Reintegração no emprego	660	313
Danos morais	1.543	2.624
Outras	1.863	3.261
Total	47.007	48.309

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

19 Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Artigos nº 61 e 63 da Lei 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos esperados, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A e Pine S.A. Em novembro de 2017, a Companhia firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório que conduz o processo. Espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

19.1 Composição

	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
Outras concessionárias	4.437	5.695
Credores financeiros (a)	24.618	19.211
Partes relacionadas	8.795	18.780
Total circulante	37.850	43.686
Não circulante		
Outras concessionárias	83.853	83.853
Credores financeiros (a)	394.480	389.331
Partes relacionadas	788.954	782.375
(-) Ajuste a valor presente (b)	(231.437)	(247.045)
Total não circulante	1.035.850	1.008.514
Total	1.073.700	1.052.200

⁽a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e

⁽b) Em 30 de setembro de 2022, o saldo é composto por: R\$ 48.298 de empréstimos e financiamentos, R\$ 18.151 de outras concessionárias e R\$ 164.988 de partes relacionadas (R\$ 51.876 de empréstimos e financiamentos, R\$ 19.286 de outras concessionáriase R\$ 175.883 de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

19.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas relativas aos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

	30/09/202	2	
Vencimento	Valor	%	
Circulante	37.850	3,5%	
2023 2024	6.864 29.742	0,6% 2,8%	
2025	27.454	2,6%	
2026 Após 2026	27.076 1.176.151	2,5% 109,5%	
Subtotal	1.267.287	118,0%	
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(231.437)	-21,5%	
Não circulante	1.035.850	96,5%	
Total	1.073.700	100%	

19.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2021	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Juros pagos	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/09/2022
Outras concessionárias	70.262	3.771	-	(5.026)	-	1.132	70.139
Partes relacionadas – nota explicativa nº 9	625.272	30.197	7.335	(40.087)	(850)	10.895	632.762
Credores financeiros	356.666	11.707	19.987	(12.364)	(8.774)	3.577	370.799
Total	1.052.200	45.675	27.322	(57.477)	(9.624)	15.604	1.073.700

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

20 PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em fevereiro de 2018. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para: (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago.

Em 31 de março de 2020, a Companhia constituiu: (i) ativo referente a PIS/COFINS a recuperar de R\$ 935.138 e (ii) passivo de R\$ 935.138 relativo ao ressarcimento a seus consumidores. O ativo contempla créditos com a receita federal desde o ingresso com a ação, e o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica.

Através da Resolução Homologatória nº 2.920, de 03 de agosto de 2021, a ANEEL homologou R\$ 623.500 decorrente do diferimento de componente financeiro associado à recuperação de créditos de PIS/COFINS, nas novas tarifas que entraram em vigor no dia 07 de agosto de 2021 e vigentes até 06 de agosto de 2022. Os montantes homologados pela ANEEL são reclassificados para a CVA e amortizados mensalmente dentro do ciclo tarifário.

No período findo em 30 de setembro de 2022 a Companhia compensou créditos habilitados perante a Receita Federal no montante de R\$ 321.786 (atualizado até 30 de setembro de 2022, data em que o crédito foi integralmente compensado), com os tributos federais através de PER/DCOMP.

	30/09/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante – Nota explicativa nº 8	<u> </u>	312.854
PIS e COFINS a recuperar		312.854
Passivo		
Circulante	332.501	369.478
Não circulante	-	343.408
PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores (a)	332.501	712.886

⁽a) A homologação do processo de revisão tarifária pela ANEEL iniciou-se a partir de agosto de 2021. Em setembro de 2022 foi amortizado o montante de R\$ 408.292 referente a amortização via Parcela A, em atendimento a nota técnica nº 9/2021 – FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL. Para maior detalhamento veja nota explicativa nº 7 – Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/PASEP e COFINS, estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à ANEEL a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social da Companhia integralizado e subscrito em 30 de setembro de 2022 é de R\$ 1.624.459, (R\$ 1.624.459 em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A. Centrais Elétricas Brasileiras S.A Eletrobras Outros (minoritários)	2.131.276.838 20.664.721 52.679.010	346.012 121.339 1.699.465	2 1.074.634 10.737	115.903 - 1.085.346	2.131.738.755 21.860.694 55.474.558	96,50% 0,99% 2,51%
Total	2.204.620.569	2.166.816	1.085.373	1.201.249	2.209.074.007	100%

⁽i) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício de 31 de dezembro de 2021 e o período de 30 de setembro de 2022

De acordo com o estatuto social, a Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.000.000 (dois bilhões de reais), mediante a emissão de novas ações ordinárias, cuja quantidade não é prevista em estatuto. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

21.2 Dividendos adicionais propostos

Em 28 de abril de 2022, conforme a ata de Assembleia Geral Ordinária (AGO), houve a aprovação de dividendos adicionais de R\$ 83.753, sendo R\$ 40.761 decorrentes do resultado do exercício e R\$ 42.992 oriundos de reserva de investimentos. O pagamento no valor de R\$ 83.753, correspondente a R\$ 0,13 por ação preferencial e ordinária, foi realizado em 23 de junho de 2022.

Em 30 de setembro de 2022 não houve saldo de dividendos adicionais propostos a pagar pela Companhia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

21.3 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

Movimentação da reserva de reavaliação

		Quota de		
	31/12/2021	reavaliação	Baixa	30/09/2022
Reserva de reavaliação	100.950	(9.441)	-	91.509
Encargo tributário	(33.011)	-	3.210	(29.801)
Total	67.939	(9.441)	3.210	61.708

21.4 Planos de opção de compra de ações

A Companhia instituiu Planos de Opção de Compra das ações a colaboradores dedicados ao Grupo que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia.

Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial Energia, por um Comitê, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável. As características dos planos estão descritas na nota explicativa nº 25.4 – Planos de opção de compra de ações, das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021.

21.4.1 Quinto plano de opção de compra de ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

4° €	Outorga	5° Outorga		
Vesting Date	Opções exercíveis	Vesting Date	Opções exercíveis	
11/03/2023	52.500	26/07/2023	15.000	
11/03/2024	52.500	26/07/2024	15.000	
11/03/2025	52.500	26/07/2025	15.000	
11/03/2026	52.500	26/07/2026	15.000	
	210,000		60.000	

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

4º Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	30/09/2022
Data da outorga: 11/03/2022	·
Quantidade outorgada	210.000
Valor justo na data de outorga	11,71
Preço da ação na data de outorga	25,34
Valor justo ponderado do vesting period	22,95
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,89%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	12,26%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

5º Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial Energia S.A.)

	30/09/2022
Data da outorga: 26/07/2022	
Quantidade outorgada	60.000
Valor justo na data de outorga	10,33
Preço da ação na data de outorga	23,48
Valor justo ponderado do vesting period	23,58
Volatilidade esperada (média ponderada)	30,58%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	13,11%

(a) Forma de determinação da volatilidade esperada

A despesa reconhecida no período findo em 30 de setembro de 2022 foi de R\$ 4.907 (R\$ 4.884 no período findo em 30 de setembro de 2021) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o vesting period que é avaliado em cada data base.

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento patrimonial, visto que a Companhia deve mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial Energia S.A., conforme CPC 10 (R1) / IFRS 2.

21.4.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no período findo em 30 de setembro de 2022 foi de R\$ 1.286 (R\$ 3.145 no período findo em 30 de setembro de 2021).

Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa.

O plano de "phantom shares" está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da Taxa Interna de Retorno (TIR) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

21.5 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	30/09/2022								
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total				
Numerador Lucro líquido do período Denominador	1.066.017	1.048	525	581	1.068.171				
Média ponderada por classe de ações Lucro básico e diluído por ação	2.204.621 0,48354	2.167 0,48362	1.085 0,48387	1.201 0,48376	2.209.074 0,48354				

Durante o período de 30 de setembro de 2022 não houve movimentação no número de ações na Companhia. Com isso, a média ponderada por classe de ações é igual ao número de ações em 31 de dezembro de 2021.

	31/12/2021									
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	Total					
Numerador										
Lucro líquido do exercício	1.023.478	1.006	504	558	1.025.545					
Denominador										
Média ponderada por classe de ações	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074					
Lucro básico e diluído por ação	0,46424	0,46424	0,46424	0,46424	0,46424					

Não houveram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	01/07/2022	01/01/2022	01/07/2021	01/01/2021
	a	a	a	a
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021
Receita de distribuição	1.856.099	5.370.537	1.727.949	4.588.949
Remuneração financeira WACC	140.446	407.499	149.275	409.695
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	95.088	263.173	473.746	684.515
Subvenção CDE - Outros	118.752	306.477	91.058	238.713
Fornecimento de energia elétrica	2.210.385	6.347.686	2.442.028	5.921.872
Suprimento de energia elétrica (b)	1.184	26.397	158.337	174.426
Receita pela disponibilidade - uso da rede	104.827	285.154	76.554	207.629
Receita de construção - Nota explicativa nº 23	497.348	1.272.350	342.498	751.554
Atualização do ativo financeiro (c)	(150.858)	78.426	119.781	220.609
Outras receitas (d)	44.078	180.586	47.044	87.481
Receita operacional bruta	2.706.964	8.190.599	3.186.242	7.363.571
Deduções da receita				
ICMS sobre venda de energia elétrica	(304.211)	(1.170.189)	(450.158)	(1.153.190)
PIS e COFINS	(196.156)	(508.694)	(190.021)	(437.810)
Encargos do consumidor	(18.412)	(51.043)	(20.909)	(48.383)
ISS	(407)	(1.114)	(274)	(961)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (e)	(117.233)	(354.884)	(70.273)	(155.682)
Penalidades DIC/FIC e outras	(9.880)	(31.504)	(4.217)	(16.826)
Deduções da receita operacional	(646.299)	(2.117.428)	(735.852)	(1.812.852)
Total	2.060.665	6.073.171	2.450.390	5.550.719

- (a) A variação de R\$ (421.342) dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente: (i) impacto do reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid no montante de R\$ (71.917), inferior ao período anterior; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste ter sido superior aos custos efetivamente pagos, gerando uma constituição de Parcela A de R\$ (434.906), inferior ao ocorrido para o mesmo período em 2021; (iii) variação entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$ 325.242; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R\$ 23.161, quando comparada como esse mesmo período em 2021; e (v) efeito da CVA da Bandeira Faturada de R\$ (262.922);
- (b) A variação da receita de suprimento de energia elétrica em comparação com o período anterior, ocorreu, devido a redução da receita de energia vendida no mercado de curto prazo. No período findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia vendeu R\$ 9,898 MM contra um montante de R\$ 162,714 MM período de 30 de setembro de 2021;
- (c) Apesar do considerável número de obras encerradas que impactou o saldo a ser transferido/bifurcado para o ativo financeiro e sua consequente atualização, o índice de inflação adotado (IPCA) acumulou variação negativa no período comparativo, impactando negativamente a variação do trimestre findo em 30 de setembro de 2022;
- (d) A variação decorre, principalmente, do registro no primeiro trimestre de 2022 de subvenção referente ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no montante de R\$ 56.849; e
- (e) A variação na Conta de Desenvolvimento Energético CDE (Decreto nº 7.891/2013, alterado pelo Decreto nº 9.642/2018) deve-se a vigência da Resolução 2.300 de 14/12/2021, a qual estabeleceu a quota paga no primeiro trimestre de 2022.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

23 Custos do serviço e despesas operacionais

			01/07/2022 a	30/09/2022			01/01/2022 a 30/09/2022					
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administra- tivas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administr- ativas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total
Pessoal	(12.012)	(6.810)	(24.755)	-	_	(43.577)	(36.269)	(19.698)	(71.763)	-	_	(127.730)
Material	(3.664)	(3.054)	(506)	-	-	(7.224)	(11.461)	(8.194)	(1.100)	-	-	(20.755)
Serviços de terceiros	(63.292)	(37.197)	(20.031)	-	-	(120.520)	(181.474)	(103.539)	(65.268)	-	-	(350.281)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(804.110)	-	-	-	-	(804.110)	(2.272.614)	-	-	-	-	(2.272.614)
Custo de construção (b)	(497.348)	-	-	-	-	(497.348)	(1.272.350)	-	-	-	-	(1.272.350)
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	(49.943)	-	(49.943)	-	-	-	(129.421)	-	(129.421)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(5.257)	-	-	(5.257)	-	-	(12.293)	-	-	(12.293)
Amortização	(78.571)	-	(15.264)	-	-	(93.835)	(234.452)	-	(40.517)	-	-	(274.969)
Subvenção CCC	3.382	-	-	-	-	3.382	8.774	-	-	-	-	8.774
Perda/ganho na desativação de bens e direito	-	-	-	-	(23.741)	(23.741)	-	-	-	-	(105.409)	(105.409)
Indenização por danos a terceiros	-	-	-	-	(623)	(623)	-	-	-	-	(2.708)	(2.708)
Provisão para perda de estoque	-	-	-	-	241	241					(31.790)	(31.790)
Outros	(120)	1.169	(610)	-	(4.508)	(4.069)	(455)	(435)	(1.262)	-	(7.726)	(9.878)
Total	(1.455.735)	(45.892)	(66.423)	(49.943)	(28.631)	(1.646.624)	(4.000.301)	(131.866)	(192.203)	(129.421)	(147.633)	(4.601.424)

		01/07/2021 a 30/09/2021							01/01/2021 a 30/09/2021				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administra- tivas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administra- tivas	Perdas por redução ao valor recuperável	Outras despesas operacionais	Total	
Pessoal	(10.329)	(5.964)	(22.042)	-	-	(38.335)	(31.565)	(22.675)	(82.617)	-	-	(136.857)	
Material	(2.156)	(2.583)	(324)	-	-	(5.063)	(6.948)	(9.376)	(1.734)	-	-	(18.058)	
Serviços de terceiros	(41.936)	(41.853)	(22.475)	-	-	(106.264)	(141.852)	(102.674)	(62.600)	-	-	(307.126)	
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(1.293.685)	-	_	-	-	(1.293.685)	(2.786.566)	-	-	-	-	(2.786.566)	
Custo de construção (b)	(342.498)	-	-	-	-	(342.498)	(751.554)	-	-	-	-	(751.554)	
Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	(46.903)	-	(46.903)	-	-		(119.188)	-	(119.188)	
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(1.761)	-	-	(1.761)	-	-	(5.761)	-	-	(5.761)	
Amortização	(73.805)	-	(12.484)	-	-	(86.289)	(215.475)	-	(37.258)	-	-	(252.733)	
Subvenção CCC	57.359	-	-	-	-	57.359	10.373	-	-	-	-	10.373	
Perda/ganho na desativação de bens e direito	-	-	-	-	(4)	(4)	-	-	-	-	(13.284)	(13.284)	
Indenização por danos a terceiros	-	-	-	-	(1.506)	(1.506)	-	-	-	-	(2.470)	(2.470)	
Outros	(152)	225	(563)	-	(5.474)	(5.964)	(629)	(1.066)	2.307	-	(6.377)	(5.765)	
Total	(1.707.202)	(50.175)	(59.649)	(46.903)	(6.984)	(1.870.913)	(3.924.216)	(135.791)	(187.663)	(119.188)	(22.131)	(4.388.989)	

⁽a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 - Energia elétrica comprada para revenda; e

⁽b) A retomada acelerada do avanço físico das obras estagnadas no período da pandemia covid-19 vem demandando um maior volume de investimentos e, consequente, reflete diretamente no custo de construção no período findo em 30 de setembro de 2022.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

24 Energia elétrica comprada para revenda

		GW	h (*)		R\$				
	01/07/2022	01/01/2022	01/07/2021	01/01/2021	01/07/2022	01/01/2022	01/07/2021	01/01/2021	
	a 30/09/2022	a 30/09/2022	a 30/09/2021	a 30/09/2021	a 30/09/2022	a 30/09/2022	a 30/09/2021	a 30/09/2021	
	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2021	
Energia de leilão (a)	2,242	6.524	2.411	6.431	(464.465)	(1.300.834)	(683.106)	(1.522.010)	
Contratos Eletronuclear	83	245	79	234	(30.149)	(85.460)	(28.690)	(64.620)	
Contratos cotas de garantias	573	1.625	596	1.681	(90.550)	(184.650)	(69.355)	(197.698)	
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	-	-	-	(36.115)	(224.423)	(98.127)	(238.657)	
Energia bilateral	57	169	57	169	-	-	-	-	
Energia de curto prazo - CCEE (b)	-	-	-	-	(41.739)	(110.451)	(341.668)	(436.630)	
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	47	127	47	129	(27.010)	(81.030)	(17.651)	(52.953)	
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo					83.643	253.207	107.009	262.554	
Subtotal	3.002	8.690	3.190	8.644	(606.385)	(1.733.641)	(1.131.588)	(2.250.014)	
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (c)					(197.725)	(538.973)	(162.097)	(536.552)	
Total	3.002	8.690	3.190	8.644	(804.110)	(2.272.614)	(1.293.685)	(2.786.566)	

⁽a) A variação no período se referee aos custos com contratos (Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD) decorrentes da redução do volume de contratos e, preços pela redução dos despachos das térmicas neste período de 2022;

⁽b) A energia de curto prazo apresentou uma diminuição de R\$ 326.179, devido a redução das despesas com ESS e efeito de contratação de cota de garantia comparado com o mesmo período de 2021; e

⁽c) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). As tarifas vigentes foram aprovadas na resolução RAP Nº 3.066 de 12 de julho de 2022, com vigência a partir de julho/2022 até junho/2023, as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão;

^(*) não revisado.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

25 Resultado financeiro

	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021
Receitas financeiras			_	
Rendimentos de aplicações financeiras	61.850	151.078	35.356	69.929
Valores a receber/devolver parcela A	28.521	90.349	9.989	18.071
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	38.127	108.300	30.297	52.001
Acréscimo moratório de energia vendida (juros por atraso no recebimento de faturas)	43.915	137.923	49.973	138.324
Variação monetária e cambial da dívida (b)	17	178.158	159	120.680
Atualização sub-rogação CCC	-	-	-	6.357
Juros sobre mútuos ativos	10.684	10.684	5.380	5.380
Reversão de atualização de contingências	-	1.474	-	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(6.726)	(18.508)	(4.366)	(10.714)
Outras receitas financeiras	(1.569)	10.336	9.528	18.190
Total de receitas financeiras	174.819	669.794	136.316	418.218
Despesas financeiras				
Valores a receber/devolver parcela A	(14.645)	(63.900)	(13.571)	(26.415)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	(32.388)	(192.691)	52.524	(28.369)
Encargos da dívida (c)	(94.754)	(246.297)	(59.682)	(162.219)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(8.536)	(280.625)	(145.797)	(334.891)
Atualização de eficientização e contingências	(843)	(3.991)	(1.463)	(1.989)
Multas regulatórias	1.324	(2.030)	(1.737)	(1.848)
Juros, multas s/ operação de energia	19.563	(31)	(102)	(209)
Despesa financeira de AVP	(5.202)	(15.604)	(5.202)	(15.607)
Encargos com partes relacionadas	(766)	(1.693)	-	-
Descontos concedidos	(6.426)	(29.221)	(8.908)	(21.983)
Outras despesas financeiras	(45.662)	(47.479)	(54.444)	(77.249)
Total de despesas financeiras	(188.335)	(883.562)	(238.382)	(670.779)
Resultado financeiro líquido	(13.516)	(213.768)	(102.066)	(252.561)

⁽a) Referem-se, principalmente, à contratação de operações de swap, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 30 de setembro de 2022, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 3,12%, saindo de R\$ 5,58 em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5,40 em 30 de setembro de 2022, contra uma receita até setembro 2021 com a alta do dólar em 4,67%, saindo de R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,43 em 30 de setembro de 2021;

⁽b) No período até 30 de setembro de 2022, houve redução da despesa, originada principalmente pela queda do IPCA, indexador com 47,8% de participação na dívida, que passou de 6,90% acumulado até setembro 2021 para 4,09% acumulado até setembro 2022 e também pela variação cambial da dívida, devido à desvalorização do dólar em 3,12% frente ao real; e

⁽c) O aumento nos encargos da dívida ocorreu principalmente em função do aumento do CDI, indexador com 34,5% de participação na dívida, que o acumulado até setembro 2021 era 2,52% e o acumulado até setembro 2022 fechou em 8,91%.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

26 Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada)

O saldo de benefício pós-emprego está constituído conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2022	31/12/2021
Ativo		
Equatorial CD	6.416	6.416
CELPA OP	771	771
Ativo não circulante	7.187	7.187
Plano de aposentadoria e pensão	7.187	7.187
Passivo		
Circulante		
Resolução 10/1989	756	756
Passivo circulante	756	756
Não circulante		
CELPA R	3.877	3.877
Resolução 10/1989	16.684	16.684
Planos de Saúde	37.217	37.217
Passivo não circulante	57.778	57.778
Plano de aposentadoria e pensão (Passivo)	58.534	58.534

A característica dos planos de benefícios previdenciários patrocinados pelas controladas da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 30 – Benefícios pós-emprego, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e não houve alterações de critérios adotados no período.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

27 Instrumentos financeiros

27.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (pagar) da parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre EBITDA (DL/EBITDA) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

27.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*SWAP* e *NDF*), para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

27.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão identificados conforme a seguir:

			30/09/2022		30/09/2022 31/12/202		2021	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado		
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	53.597	53.597	42.663	42.663		
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos de investimentos)	2	Valor justo por meio do resultado	349.996	349.996	131.325	131.325		
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.544.245	1.544.245	1.405.649	1.405.649		
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	2.069.159	2.069.159	2.019.039	2.019.039		
Sub-rogação da CCC – valores aplicados	-	Custo amortizado	85.120	85.120	85.120	85.120		
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	93.401	93.401	272.016	272.016		
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	71.706	71.706	156.866	156.866		
Ativo financeiro de concessão	2	Valor justo por meio do resultado	4.538.731	4.538.731	4.189.879	4.189.879		
Total do ativo			8.805.955	8.805.955	8.302.557	8.302.557		

			30/09	30/09/2022		2021
Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor Empréstimos e financiamentos Debêntures	-	Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado	930.702 2.609.174 1.625.181	930.702 2.617.783 1.566.160	1.090.256 2.867.684 1.252.102	1.090.256 3.199.708 1.536.686
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	1.073.700 16.661	1.305.138 16.007	1.052.200 18.447	1.299.245 18.447
Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros Total do passivo			230.098	230.098	6.280.689	7.144.342

Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Aplicações financeiras - são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos exclusivos onde os vencimentos limitam-se dozes meses, assim a Administração entende que seu valor justo já está refletido no valor contábil. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros - são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado.

Sub-rogação da CCC - valores aplicados: são classificados como custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados, possuem o propósito de financiar o subsídio da interligação de municípios isolados ao SIN.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo financeiro de concessão - são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 2 na hierarquia do valor justo.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado.

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Debêntures - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA.

Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial - decorrente do plano de recuperação judicial da companhia que são classificados como passivo ao custo amortizado.

Passivo de arrendamento - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e leasing que se enquadram na no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado.

Instrumentos financeiros derivativos - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

27.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui contrato de *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com vencimento em 12 de junho de 2023, contabilizado a valor justo por meio do resultado.

Em 11 de junho de 2018, a Companhia realizou captação de recursos no valor contratado de US\$ 100.000, com juros trimestrais e amortização anual tendo como data de vencimento final 12 de junho de 2023. A captação tem custo à taxa de USD + Libor + 0,84% a.a. + I.R (objeto de *hedge*), e tem um contrato de *swap* contabilizado a valor justo por meio do resultado (instrumento de *hedge*).

Em 30 de setembro de 2022, os saldos dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com o Citibank é R\$ 351.294 (R\$ 919.758 em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro 2021, que podem ser assim resumidos:

		Valor j	usto
Objetivo de proteção de risco de mercado	Indexadores	30/09/2022	31/12/2021
Citibank-R\$ 542.000			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 1,09% a.a.	-	473.505
Ponta passiva	114% do CDI	-	(333.283)
Total		<u> </u>	140.222
Citibank-R\$ 390.000			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,99% a.a.	351.460	450.232
Ponta passiva	111,8% do CDI	(258.059)	(318.438)
Total		93.401	131.794
Total líquido – circulante		93.401	164.999
Total líquido - não circulante		<u> </u>	107.017
Total		93.401	272.016

O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. O *swap* é contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

			r contábil /09/2022		Valor contábil 30/09/2022	
Risco Cambial	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Alterações no valor o instrumento de <i>hedg</i> reconhecidas em OR	e resultado e afetada pela
Contrato de swap hedge para empréstimos em moeda estrangeira	390.000	93.401		- Instrumentos - financeiros derivativos		749 N/A
		,	contábil 2/2021		Valor contábil 31/12/2021	
Risco Cambial	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de swap hedge para empréstimos em moeda estrangeira	325.500	140.222	-	Instrumentos financeiros derivativos	750	N/A

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

28 Demonstrações dos fluxos de caixa

28.1 Transações que não efetam o caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativos de contrato (a)	296.368
Transferências entre ativos de contrato e intangível (a)	305.731
Reclassificação entre ativos de contrato e intangível	33.689
Transferência entre investimentos e intangível	15.977
Adição de ativos de contrato em contrapartida de fornecedor (b)	26.854
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento	50.496
Total de atividades de investimento	762.804
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos (c)	7.849
Dividendos adicionais distribuídos	83.753
Hedge accouting de fluxo de caixa (d)	749
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	91
Total de atividades de financiamento	92.442
Total	855.246

- (a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão;
- (b) Referem-se as adições de ativos de contrato em contrapartida de fornecedores e obrigações trabalhistas, maiores detalhes na nota explicativa nº 12 – Ativos de contrato;
- (c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados no ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) Custos de Empréstimos; e
- (d) Proteção contra exposições a variações de fluxos de caixa que sejam atribuíveis a riscos específicos associados com ativos ou passivos ou que possa afetar o resultado.

28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2021	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Novos arrenda- mentos	Mudanças no valor justo	Outros (**)	30/09/2022
Empréstimos e financiamentos	2.867.684	(324,970)	(81.917)	_	_	148.377	2.609.174
Debêntures	1.252.102	310.121	(75.409)	-	-	138.367	1.625.181
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.052.200	(9.624)	(57.477)	-	15.604	72.997	1.073.700
Passivos de arrendamento	18.447	(1.877)	(1.110)	91	-	1.110	16.661
Dividendos a pagar	204.071	(287.016)	-	-	-	83.753	808
Totais	5.394.504	(313.366)	(215.913)	91	15.604	444.604	5.325.524

^(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

^(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas e capitalização de juros.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação Período findo em 30 de setembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

29 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2022	2023	2024	Após 2024 (*)
Energia contratada (R\$ Mil)	2022 a 2033	614.637	2.844.127	2.954.549	36.524.427
Energia contratada (MWh)	2022 a 2033	3.067.675	12.208.114	12.176.957	124.315.373

^(*) estimado 9 anos após 2024.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2022	2023	2024	Após 2024
Arrendamentos e Aluguéis	2022 a 2028	1.274	2.410	2.583	10.394
Sistemas Isolados (R\$ Mil)	2022 à 2027	638.794	456.924	137.362	54.916
Sistemas Isolados (MWh)	2022 à 2027	281.356	253.330	185.623	74.922

30 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos intermediários

Em 04 de novembro de 2022, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação de dividendos intermediários de R\$ 877.621, oriundos de reserva estatutária de reforço de capital de giro. O pagamento dos dividendos intermediários ocorrerá até o encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2022.

Investimento em torre de transmissão móvel para O&M

A Companhia investiu R\$ 4.321 em uma torre de transmissão móvel visando garantir uma redução aproximada de 5 horas no tempo de recomposição do sistema elétrico em casos de contingência em linhas no estado do Pará. O equipamento pode substituir uma torre de transmissão comum de 69 kV ou 138 kV que sofreu algum dano ou esteja em manutenção, assim a nova torre móvel será capaz de suprir a demanda de serviço enquanto a estrutura tradicional passará por reparos, melhorando o tempo de resposta aos clientes.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior (Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima (Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

Mauro Chaves de Almeida

Sérvio Túlio dos Santos

Conselho Fiscal

Titulares

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Claudia Luciana Ceccatto de Trota

Marco Antônio de Almeida Lima

Moacir Gibur

Ricardo Bertucci

Diretoria Executiva

Marcos Antônio Souza de Almeida Diretor Presidente

Bruno Pinheiro Macedo Couto Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima Diretor de Relações com Investidores

Rubens Jose de Figueiredo Briseno Diretor

Alexandre Joaquim Santos Cardoso Diretor

> Tatiana Queiroga Vasques Diretora

Bruno Cavalcanti Coelho Diretor

> Ênio Cunha Leal Diretor

Geovane Ximenes de Lira Superintendente Contador CRC PE 012996-O-3 S-PA